



InfoSNESup 211

Newsletter junho de 2014 – 2ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

ESPOLIAR AFINAL NÃO RESULTA

NOVO SEAP, NOVA POSTURA

SNESup NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RAD ULISBOA EM AUDIÇÃO SINDICAL

ALTERAÇÃO A REGULAMENTOS NA UMadeira

UMA BOA NOTÍCIA DO IPBeja

CONTRATOS A TERMO E DIREITO COMUNITÁRIO

A APLICAÇÃO DA DIRETIVA 1999/70/CE AO ENSINO SUPERIOR

SNESup PARTICIPOU NO ENDA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

ESPOLIAR AFINAL NÃO RESULTA

A imagem pública do Ensino Superior e da Ciência em Portugal está a melhorar. Cada vez há mais prémios de investigação, mais internacionalização de cursos, mais contratos com empresas para desenvolver produtos, entre muitos outros indicadores que nos devem orgulhar. Mas a situação real das Instituições de Ensino Superior (IES) e de Ciência é de uma forte tendência para a degradação.

Infelizmente é fácil enumerar exemplos desta degradação. No público alguns dirigentes violam a lei e não pagam os salários por inteiro como deveriam e nas datas devidas, outros despedem Colegas com motivações que não têm cobertura legal. No privado acentua-se a desregulação, há reduções salariais, despedimentos sem indemnização ou perseguições descaradas, por exemplo. Nos centros de investigação muitos investigadores são "descartados" porque as bolsas acabaram, outros são obrigados a dar aulas de forma gratuita, outros ainda deixam de receber o seu salário de forma regular porque a FCT se atrasará nas transferências de verbas e as instituições já não têm fundo de maneiio (receberão, se e quando for possível).

Aparentemente a lei e a ética só servem para justificar a retirada de direitos (e até da dignidade) aos docentes e investigadores. Tudo isto porque para alguns parece ser mais fácil tratar mal e desrespeitar os colegas do que enfrentar os governos e decisores políticos.

Mas o mais trágico de tudo é que estas atitudes nada adiantaram ao Ensino Superior e à Ciência. A passividade permitiu que se chegasse a um ponto em que o Estado gasta muito mais com um aluno do ensino básico do que com um aluno do ensino superior. E a tendência é para piorar, porque a verdade é que o ensino superior e a ciência têm aguentado todos os cortes no financiamento, que em muitos casos já ultrapassam os 50% nos últimos 5 anos. E se tudo temos aguentado, só damos força e justificação a quem quer que se corte ainda mais, que se continue a fazer mais com menos.

Não seria melhor para todos, e para o país, dizermos “basta”? Que já se cruzaram todos os limites? Se já percebemos que o problema não é efetivamente falta de dinheiro do país mas as prioridades erradas dos vários governos, de que estão à espera os docentes, investigadores e dirigentes para reagir devidamente?

NOVO SEAP, NOVA POSTURA

Estando em curso um processo negocial referente ao [anteprojeto de proposta de Lei sobre reduções remuneratórias e integração das carreiras e cargos na tabela remuneratória única](#), dirigiu o SNESup comunicação ao Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP), Dr. José Leite Martins, com vista a poder ser chamado a negociar esta matéria. Ao contrário do que foi norma com o seu antecessor, o novo SEAP de imediato respondeu ao pedido do SNESup convocando-o para uma reunião que teve lugar no passado dia 26 de junho.

Sendo esta a primeira reunião com o novo SEAP aproveitamos para apresentar cumprimentos, saudando a forma como foi prontamente aceite o nosso pedido de reunião para negociação coletiva.

Tendo o SEAP apresentado os pontos principais relativos ao anteprojeto em causa, no qual salientou que o mesmo não pretende colocar mais cortes nos vencimentos na aplicação da tabela única, sendo que as reduções remuneratórias são aplicadas apenas pela primeira parte do documento, recuperando a fórmula de cortes em vencimentos superiores 1.500€, que estiveram em vigor a partir de 2010. Da mesma forma, o membro do Governo referiu que esta proposta antecipa a reposição gradual dos vencimentos até ao ano de 2019.

O SNESup fez questão de chamar a atenção para o esforço a que foram chamados os docentes do ensino superior e investigadores, que deram um contributo para a consolidação orçamental, sendo que a mesma colocou o país numa situação desfavorável face aos seus competidores externos, numa área sensível como é o Ensino Superior e Ciência. Estes fatores contribuem para a emigração dos mais qualificados (o chamado "*brain drainage*"), ao mesmo tempo que impedem o país de atrair talento.

Foram ainda verificadas possíveis situações de redução remuneratória, nomeadamente através da progressão de escalões, ou novos acessos à carreira, sendo que o SEAP deu garantias de que não haveria lugar a qualquer redução remuneratória em qualquer destes casos.

3

O SEAP apresentou ainda a ideia da possibilidade futura de valorizações salariais, em contextos determinados, pelo que o SNESup chamou a atenção para a necessidade de ter em conta as matérias relativas ao Ensino Superior e Ciência, nomeadamente as referentes às matérias de competitividade e atração de talento, tendo em conta os valores auferidos nos competidores externos.

Tendo em conta a preparação de nova legislação referente aos suplementos remuneratórios, ficou acordada nova reunião aquando da negociação desta matéria.

Esperemos que, até lá, as propostas que nos foram apresentadas e as garantias dadas pelo SEAP não venham a ser contraditadas. Oxalá mantenhamos a boa imagem da postura que o SEAP teve para com o SNESup.

SNESup NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A convite de dois Colegas do Instituto Politécnico de Coimbra, a Direção do SNESup esteve presente no passado dia 26 de junho na Assembleia da República, em sede de audiência parlamentar na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, com o propósito de sensibilizar para os problemas e situações dramáticas colocadas pela atual

redação dos regimes transitórios, bem como da necessidade de transportar para a legislação vigente a Diretiva Comunitária 1999/70/CE, de 28 junho de 1999. Esteve também presente a Dr. Susana Machado (que tem vindo a colaborar com o SNESup no esclarecimento das questões relativas à referida Diretiva).

Para além da oportunidade de exercício de cidadania ativa, esta foi também uma ocasião para tentar contribuir para o desenvolvimento de uma solução legislativa que permita corrigir as situações de quem colabora suprimindo as necessidades permanentes das instituições sem que lhe seja reconhecido um vínculo adequado.

Destaque para o reconhecimento de todos os grupos parlamentares presentes da justiça destas pretensões, sendo que, quer por força da aplicação da referida Diretiva europeia, quer pela questão da desigualdade criada em algumas situações pelos regimes transitórios, existe intenção dos grupos parlamentares do PS e BE apresentarem propostas legislativas em relação a estas matérias.

O SNESup mantém a sua ligação com a atividade parlamentar e, no seio desta mesma Comissão, foram entregues as propostas que já havíamos tentado negociar com a Secretaria de Estado do Ensino Superior, esperando poder encontrar no seio dos vários grupos parlamentares um melhor acolhimento que sirva para o desenvolvimento às futuras ações legislativas.

RAD ULisboa EM AUDIÇÃO SINDICAL

Depois de formalizada a fusão entre a Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa, é agora tempo de proceder à regulamentação prevista na legislação para esta nova instituição, a Universidade de Lisboa (ULisboa).

Neste sentido, recebemos há dias o [projeto de Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes da ULisboa](#) para a devida e necessária audição sindical.

Enquanto fazemos a respetiva análise ao projeto de Regulamento com vista a apresentar a posição do SNESup relativa à mesma, deixamos aqui uma palavra de agradecimento aos vários Colegas da ULisboa que nos têm vindo a fazer chegar os seus contributos e comentários (que ainda nos podem enviar até ao próximo dia 13 de julho para snesup@snesup.pt).

ALTERAÇÃO A REGULAMENTOS NA UMadeira

Recebemos da Universidade da Madeira, no passado dia 23, três projetos de alteração de Regulamentos: [Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes](#), [Regulamento de Serviço dos Docentes](#) e [Regulamento de Avaliação dos Docentes em Período Experimental](#).

Está já agendada uma reunião de trabalho para o próximo dia 10 de julho com vista a discutir as propostas de alteração em causa e preparar a posição a apresentar pelo SNESup à Reitoria da Universidade da Madeira (qualquer contributo ou sugestão pode ser enviado até ao próximo dia 09 de julho para snesup@snesup.pt).

UMA BOA NOTÍCIA DO IPBeja

Depois de termos anunciado no [último número da InfoSNESup](#) que o SNESup havia impugnado o ato de homologação de alteração ao Regulamento Geral do Sistema de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Beja, publicado sob o Despacho 3227-2014, foi com agrado que fomos imediatamente contactados pelo dirigente do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) responsável pelo processo visando corrigir a situação.

Poucos dias depois realizava-se uma reunião entre dois dirigentes do IPBeja, os Delegados do SNESup no IPBeja e membros da Direção do SNESup. Chegou logo em seguida uma comunicação ao SNESup com as propostas de alteração em causa para a devida audição sindical à qual o SNESup já respondeu. Um gesto que não podemos deixar de reconhecer e louvar, e que muito gostaríamos que pudesse ser replicado.

CONTRATOS A TERMO E DIREITO COMUNITÁRIO A APLICAÇÃO DA DIRETIVA 1999/70/CE AO ENSINO SUPERIOR

5

Foram realizadas duas sessões de esclarecimento sobre a aplicação da Diretiva 1999/70/CE aos docentes do ensino superior e investigadores, [a primeira no Porto](#) em maio, no ISEP-IPP, e posteriormente [uma segunda em Lisboa](#) na FL-UL, no começo de junho. Disponibilizamos uma nova gravação deste segundo evento, agora com maior qualidade.

A demonstrar o interesse pela questão dos vínculos, em particular pela manutenção de situações laborais precárias que correspondem a necessidades permanentes das IES, os números são significativos. No conjunto a estas duas sessões de esclarecimento assistiram presencialmente ou em direto cerca de 300 colegas, contando a sua gravação com perto de mil visualizações, se consideradas as efetuadas na plataforma UStream e no [canal youtube do SNESup](#). Neste pode assistir a estas e a outras gravações.

Ambas as sessões contaram com a presença da Dr.^a Susana Machado, jurista, especialista nesta área do direito europeu, a qual, sendo autora de diversos estudos sobre a Diretiva 1999/70/CE e a sua transposição para o ordenamento jurídico português, é citada em diversos acórdãos sobre a conversão de contratos a termo em contratos por tempo indeterminado.

SNESup PARTICIPOU NO ENDA

A convite da Associação Académica da Universidade da Beira Interior o SNESup participou no Encontro Nacional dos Dirigentes Associativos (ENDA), através de uma apresentação realizada pelo colega Gonçalo Leite Velho relativa à questão da reorganização da rede no contexto global. Foi um momento importante, para a qual agradecemos o convite, sendo positiva a colaboração entre as organizações de docentes e investigadores e estudantes.

Fica também o registo, em forma de [notícia, no jornal da UBI](#).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Agradecemos, aos respetivos autores, as ofertas recentes de três novos livros a incluir no [centro de documentação do SNESup](#). Destes livros, apenas um incide diretamente sobre questões do ensino superior, mas todos contêm contributos importantes para compreender tendências e transformações em curso na atualidade.

Um dos livros intitula-se **“Crise e direito(s) da relação de emprego público”**, sendo coordenado cientificamente por Isabel Celeste M. Fonseca com coordenação executiva de Jorge Braga, este livro corresponde às Atas das IIª Jornadas de Direito do Emprego Público que tiveram lugar em Maio de 2013. Trata-se de uma obra coletiva que inclui dez textos resultantes de uma parte das intervenções orais que tiveram lugar nas referidas jornadas, estando organizada em duas grandes temáticas sugestivamente intituladas: “crise e relação de emprego público: (com) deveres e (sem) direitos?” e “crise e direito(s) da relação de emprego público: (mais) direito público ou (mais) direito privado”. No contexto atual em que a reforma do Estado, a redução dos sectores da Administração Pública e a diminuição de funcionários públicos têm originado alterações profundas e diversas medidas políticas, importa considerar as implicações que podem emergir da redução abissal das estruturas humanas da Administração Pública. Esta é uma reflexão que interessa, de forma premente, também aos docentes e investigadores do ensino superior público.

Um outro livro com o título **“Austeridade, democracia e autoritarismo”** da autoria de André Freire decorre, de modo semelhante, da necessidade de refletir sobre as implicações das crises financeira, política e político-democrática no nosso país. A obra apresenta-se como um contributo para uma análise das reformas político-institucionais de que o país carece para ultrapassar os bloqueios do seu sistema político, para facilitar a sua governabilidade e para interpretar a chamada “crise das esquerdas”, reunindo um conjunto de textos, na sua maioria artigos de opinião, publicados pelo autor na imprensa portuguesa desde 2007. Não incidindo diretamente sobre as questões do ensino superior, trata-se de um livro relevante para refletir sobre o atual contexto e respetivas implicações nas políticas educativas.

Há ainda um outro livro, editado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCSISP) com o título **“O impacto dos institutos politécnicos na economia local – uma primeira reflexão”**, que incide diretamente sobre questões relativas ao ensino superior. Nesta obra aborda-se a problemática do impacto das instituições de ensino superior na região em que se inserem, apresentando-se resultados de um estudo desenvolvido com o apoio do CCSISP que toma por referência sete institutos politécnicos situados numa diversidade de regiões do território nacional em que, por opção dos autores, não se incluem, nesta primeira fase, as grandes cidades. De entre as principais conclusões, destaque-se o impacto significativo que é reconhecido a estas instituições no plano do desenvolvimento económico das respetivas regiões, bem como na garantia de acesso à educação de nível superior e enquanto agentes da transformação das realidades dos concelhos em que os politécnicos estão presentes. No tempo presente, em que tanto se discute a relevância do investimento público no ensino superior, este estudo contém dados e reflexões que importa considerar atentamente. [Boas leituras!](#)

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27 de junho](#)

- Retifica o [Decreto-Lei n.º 79/2014](#) de 14 de maio, do Ministério da Educação e Ciência que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, publicado no Diário da República n.º 92, 1.ª série, de 14 de maio

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 26 de junho](#)

- Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das seguintes normas constantes da [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014): artigo 33.º que procedeu à redução das remunerações dos trabalhadores do setor público; artigo 115.º, n.os 1 e 2, que sujeitam os montantes dos subsídios de doença e desemprego a uma contribuição de 5% e 6 %, respetivamente; artigo 117.º, n.os 1 a 7, 10 e 15, que determinam novas formas de cálculo e redução de pensões de sobrevivência que cumulam com o recebimento de outras pensões. Não declara a inconstitucionalidade das normas do artigo 75.º da mesma Lei, que suspenderam o pagamento de complementos de pensões nas empresas do setor público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios; declara prejudicada a apreciação do pedido subsidiário que tinha por objeto a norma constante da alínea r) do n.º 9 do artigo 33.º da mesma Lei. Determina que a declaração da inconstitucionalidade relativa às normas do artigo 33.º da [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de dezembro só produza efeitos a partir da data da presente decisão

[Lei n.º 35/2014, de 20 de junho](#)

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

EVENTOS

CALL FOR PAPERS

**Fourth International Conference on BUSINESS SUSTAINABILITY, 2014
Management, Technology and Learning for Individuals, Organisations and Society in
Turbulent Markets**

5 a 7 novembro

Póvoa do Varzim

Data limite de envio: 15 de setembro

[Saiba mais aqui](#)

NESTA QUINZENA

Conferência Internacional de Arte & Criatividade Urbana de Lisboa

3 a 5 julho

Faculdade de Belas Artes - UL

[Saiba mais aqui](#)

II Encontro de Bibliotecas Escolares do Alentejo

– Ler e formar Leitores no século XXI – Bibliotecas e Inclusão

3 e 4 Julho

Auditório do Instituto Politécnico de Beja

[Saiba mais aqui](#)

Congresso - Keep It Simple, Make It Fast! Underground music scenes and DIY cultures

8 a 11 julho

Faculdade de Letras Universidade do Porto & Casa da Música

[Saiba mais aqui](#)

**11th Biennial Conference - Career Counseling and Development: Rebuilding Hope
through School, Work, and Relationships.**

14 a 16 julho Universidade de Coimbra

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA

Porto - Praça Mouzinho de Albuquerque, 60 1º – 4100-357 PORTO

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA